

STJ00114093

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

MANUAL DE
DIREITO PENAL

18^a revista,
atualizada
e ampliada
edição



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 16.12.2021

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro RJ 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 10ª edição

■ Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876m

18. ed.

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. 18. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4281-6

1. Direito penal – Brasil – Manuais, guias, etc. I. Título.

21-75106

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

Sumário

PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal.....	3
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo	4
3. Política criminal	4
4. Criminologia	5
5. Bem jurídico	6
Síntese	8

Capítulo II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.....	9
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil	16
Síntese	17

Capítulo III

PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância.....	19
---	----

1.1	Princípios regentes	19
2.	Princípios de direito penal.....	20
2.1	Constitucionais explícitos.....	20
2.1.1	Concernentes à atuação do Estado	20
2.1.1.1	Legalidade (ou reserva legal).....	20
2.1.1.2	Anterioridade	20
2.1.1.3	Retroatividade da lei penal benéfica.....	21
2.1.1.4	Humanidade	21
Ponto relevante para debate		
•	A prisão no Brasil e a humanidade.....	21
2.1.2	Concernentes ao indivíduo.....	22
2.1.2.1	Personalidade ou da responsabilidade pessoal	22
2.1.2.2	Individualização da pena	23
2.2	Constitucionais implícitos.....	24
2.2.1	Concernentes à atuação do Estado	24
2.2.1.1	Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	24
2.2.1.2	Taxatividade.....	25
2.2.1.3	Proporcionalidade.....	27
2.2.1.4	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato.....	28
2.2.2	Concernente ao indivíduo	28
2.2.2.1	Culpabilidade.....	28
Ponto relevante para debate		
•	A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal.....	29
Síntese		30

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1.	Fontes do direito penal	31
1.1	Iniciativa de leis em matéria penal	33
1.2	Costume e fonte do direito penal	34
1.3	Plebiscito e referendo como fontes do direito penal	34
2.	Interpretação e integração no direito penal	34
Síntese		37

Capítulo V

LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1.	Conceito de legalidade	39
1.1	Origem histórica.....	39
1.2	Legalidade e garantismo penal.....	40
1.3	Legalidade material e legalidade formal	40
2.	Conceito de anterioridade	41
3.	Extensão da palavra crime	41

4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança	41
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	42
Ponto relevante para debate	
• A legalidade pede socorro?.....	44
Síntese	45

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo	47
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito)	48
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in mellius</i>).....	48
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>)	49
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis	49
Ponto relevante para debate	
• A impossibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu	50
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica	52
5. Crime permanente e lei penal benéfica.....	53
6. Crime continuado e lei penal benéfica.....	53
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica	54
8. Leis intermitentes.....	54
8.1 Extensão e eficácia.....	55
Ponto relevante para debate	
• A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal.....	55
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	57
Síntese	60
Esquemas	
↳ Extratividade da lei penal	61
↳ Leis penais benéficas intermediárias.....	63

Capítulo VII

TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime.....	65
2. Alcance da teoria da atividade	65
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	65
4. Teorias sobre o lugar do crime	66
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP	66
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas.....	67
Síntese	67

Capítulo VIII

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade	69
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço	69
3. Conceito de território e seus elementos.....	69
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos.....	70
3.2 Espaço aéreo.....	70
3.3 Mar territorial brasileiro	70
4. Território brasileiro por equiparação.....	71
4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	71
4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	72
5. Critérios para a extraterritorialidade	72
5.1 Crítica à extraterritorialidade incondicionada	73
5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	73
5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada	74
5.4 Condições para a extraterritorialidade	75
6. Extradicação	75
6.1 Espécies de extradicação e fonte legislativa	76
6.2 Requisitos para a concessão	76
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal	79
8. Outras exceções à regra da territorialidade.....	79
8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	80
8.2 Imunidades diplomáticas.....	81
8.2.1 Abrangência, extensão e exclusão da imunidade.....	81
8.2.2 Características das imunidades diplomáticas.....	81
8.3 Imunidades consulares	82
8.4 Imunidades parlamentares.....	83
8.4.1 Natureza jurídica da imunidade substantiva.....	84
8.4.2 Características da imunidade substantiva.....	84
8.4.3 Características da imunidade processual.....	86
8.5 Outras imunidades e foros privilegiados.....	87
8.5.1 Deputados estaduais	87
8.5.2 Vereadores.....	87
8.5.3 Advogados.....	87
8.5.4 Prefeitos	88
9. Direito penal internacional e direito internacional penal	89
Síntese	89
Esquema	
↳ Aplicação da lei penal no espaço	90

Capítulo IX

EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1. Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	91
2. Hipóteses para a homologação.....	92
2.1 Reparação civil do dano causado à vítima	92
2.2 Aplicação de medida de segurança	92
2.3 Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	92
3. Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação	92
Síntese	93

Capítulo X

CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1. Prazos penais e processuais penais	95
2. O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	96
3. Frações não computáveis da pena	96
Síntese	96
Esquema	
↳ Contagem de prazos penais e processuais	97

Capítulo XI

CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. Conceito	99
2. Critério da sucessividade	100
3. Critério da especialidade.....	100
4. Critério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	101
5. Critério da absorção (ou consunção)	102
6. Critério da alternatividade.....	102
Síntese	103
Esquemas	
↳ Sucessividade	103
↳ Especialidade	104
↳ Subsidiariedade = um tipo contém outro(s)	105

Capítulo XII

CRIME

1. Conceito de crime.....	107
1.1 Conceito material	107
1.2 Conceito formal	108
1.3 Conceito analítico.....	108
Ponto relevante para debate	
• A teoria da ação significativa é uma solução para superar as teorias causalista, finalista e funcionalista?.....	110

2. Diferença entre crime e contravenção penal.....	112
3. Sujeitos e objetos do crime	113
3.1 Sujeito ativo	113
Ponto relevante para debate	
• A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime	113
3.2 Sujeito passivo.....	115
3.3 Objeto do crime.....	116
4. Classificação dos crimes.....	117
4.1 Crimes comuns e próprios	117
4.2 Crimes instantâneos e permanentes	118
4.3 Crimes comissivos e omissivos.....	119
4.4 Crimes de atividade e de resultado	119
4.5 Crimes de dano e de perigo.....	120
4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	120
4.7 Crimes progressivos e crimes complexos.....	121
4.8 Progressão criminosa.....	121
4.9 Crime habitual	122
4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	123
4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	123
4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas).....	123
4.13 Crimes remetidos	124
4.14 Crimes condicionados	124
4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento).....	124
Síntese	124
Esquemas	
↳ Conceito analítico de crime (quadro sintético)	125
↳ Diferenças entre os crimes instantâneos, permanentes, habituais e continuados.....	126
↳ Crime é fato	127
↳ Estrutura do crime.....	128

Capítulo XIII TIPICIDADE

1. Apresentação	129
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura.....	130
2.1 Elementos do tipo penal incriminador.....	130
2.2 Classificação do tipo	132
3. Conceito de conduta penalmente relevante	135
Ponto relevante para debate	
• A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais	140
4. Conceito de resultado.....	141
5. Conceito de nexo causal.....	142

5.1 Teorias que cuidam do nexos de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva).....	142
Ponto relevante para debate	
• Crítica e defesa à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo	148
5.2 Causas independentes e relativamente independentes.....	149
5.2.1 Concausas e seus efeitos.....	150
Esquemas	
↳ Teoria da equivalência das condições (ou dos antecedentes) – (Art. 13, <i>caput</i> , CP)..	151
↳ Teoria da causalidade adequada (ou das condições qualificadas).....	152
↳ Teoria da imputação objetiva.....	153
↳ Concausas: são as causas que se unem para gerar o resultado.....	154
↳ Causa superveniente, que corta o nexos causal (art. 13, § 1.º, CP).....	155
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios	156
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria.....	156
5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante.....	157
5.3.3 Dever de agir.....	157
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei.....	157
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.....	158
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco.....	158
Pontos relevantes para debate	
• Deixar o agressor morrer depois de se defender constitui crime?.....	158
• Pais e filhos maiores de 18 anos como garantidores da segurança recíproca.....	159
• A posição de garante como fruto de outros relacionamentos de afetividade.....	159
• Envenenamento e navalhada como causas da morte.....	159
6. Conceito de tipicidade e excludentes.....	160
6.1 Adequação social.....	161
6.2 Insignificância.....	162
Ponto relevante para debate	
• Bagatela imprópria.....	163
Síntese.....	164

Capítulo XIV

ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo.....	165
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico.....	166
3. Características do dolo.....	166
4. Conceito de dolo direto.....	166
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	167
5. Conceito de dolo indireto ou eventual.....	167
Ponto relevante para debate	
• A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito.....	168
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	168

7. Outras classificações do dolo	169
8. Conceito de culpa	170
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente.....	171
10. Elementos da culpa.....	171
11. Situações peculiares no campo da culpa.....	172
12. Espécies de culpa.....	173
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional.....	174
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	174
Síntese	176
Esquemas	
↷ Dolo direto de 1.º grau	176
↷ Dolo direto de 2.º grau	176
↷ Dolo eventual.....	177
↷ Culpa consciente	177
↷ Culpa inconsciente.....	178

Capítulo XV

CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito	181
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso.....	181
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador.....	182
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	182
Síntese	184

Capítulo XVI

ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade).....	185
2. Excludentes de ilicitude.....	185
3. Classificação das excludentes de ilicitude.....	186
4. Elemento subjetivo nas excludentes	187
5. Conceito de estado de necessidade.....	188
5.1 Espécies de estado de necessidade.....	189
5.2 Requisitos do estado de necessidade.....	190
5.2.1 Existência de perigo atual	190
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo.....	191
Ponto relevante para debate	
• A valoração da vontade no contexto da produção do perigo	191
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão	192
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro	193
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado	193
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo.....	193
5.3 Causa de diminuição de pena	193
6. Conceito e fundamento da legítima defesa	194

6.1	Elementos da legítima defesa	194
6.1.1	Injustiça da agressão	194
6.1.2	Atualidade ou iminência da agressão	195
6.1.3	Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	197
	Ponto relevante para debate	
•	A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério.....	198
6.1.4	Utilização dos meios necessários para a reação	200
6.1.5	Moderação da reação	202
6.1.6	Proporcionalidade na legítima defesa	203
6.1.6.1	Ofendículos.....	203
	Ponto relevante para debate	
•	A natureza jurídica dos ofendículos.....	203
6.2	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa.....	206
6.2.1	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude.....	206
6.2.2	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	206
6.2.3	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	207
6.2.4	Legítima defesa sucessiva	207
6.2.5	Legítima defesa contra multidão.....	207
6.2.6	Legítima defesa contra provocação.....	208
6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares.....	208
6.2.8	Legítima defesa por omissão	208
6.2.9	Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	209
6.2.10	Legítima defesa da comunidade.....	209
6.2.11	Legítima defesa de animais	210
6.2.12	Legítima defesa de refém.....	210
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal	211
7.1	Situações de cumprimento de dever legal	211
8.	Conceito de exercício regular de direito	212
8.1	Situações de exercício regular de direito	212
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	213
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido	213
8.2.2	O trote acadêmico ou militar.....	214
8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores.....	214
8.2.4	As lesões praticadas no esporte	215
9.	Consentimento do ofendido.....	215
9.1	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	218
10.	Os excessos no contexto das excludentes.....	219
10.1	Modalidades de excessos	220
	Síntese	221
	Esquema	
↳	Diferenças entre o estado de necessidade e a legítima defesa	222

Capítulo XVII CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade	223
1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	228
1.2 Conceito de coculpabilidade.....	228
2. Excludentes de culpabilidade	229
2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato.....	229
2.1.1 Imputabilidade penal.....	229
2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado	231
Ponto relevante para debate	
• A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>)	233
2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental	234
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício.....	235
2.1.4 Menoridade.....	235
Ponto relevante para debate	
• O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos	237
2.2 Excludentes concernentes ao fato.....	237
2.2.1 Coação moral irresistível.....	237
Ponto relevante para debate	
• A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas	238
2.2.2 Obediência hierárquica	239
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	239
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa	240
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i>	241
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior	242
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita	243
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas	243
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa	243
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental	244
3. Emoção e paixão	244
3.1 Emoção	245
3.2 Paixão	246
Síntese	246

Capítulo XVIII CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado.....	249
2. Tentativa.....	249
2.1 Conceito de crime tentado	249
2.2 Natureza jurídica da tentativa	250
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	251

2.4	Dolo e culpa na tentativa	251
2.5	Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	252
Ponto relevante para debate		
•	Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime.....	253
2.6	Tentativa e dolo eventual	255
2.7	Tentativa e crime de ímpeto	258
2.8	Crimes que não admitem a tentativa	259
2.9	Critério para a diminuição da pena na tentativa.....	261
2.10	Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita	261
2.11	Diferença entre crime falho e tentativa falha	262
3.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	262
3.1	Conceito de desistência voluntária.....	262
3.1.1	Desistência momentânea	262
3.1.2	O problema da execução retomada	263
3.2	Conceito de arrependimento eficaz	264
3.3	Natureza jurídica	264
3.4	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	265
3.5	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa.....	266
4.	Arrependimento posterior.....	266
4.1	Conceito.....	266
4.2	Natureza jurídica	266
4.3	Requisitos para a aplicação.....	266
Ponto relevante para debate		
•	A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior	268
4.4	Crérios para a diminuição da pena	269
4.5	Análise crítica da Súmula 554 do STF	270
4.6	Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas.	270
5.	Crime impossível	271
5.1	Conceito e natureza jurídica	271
5.2	Fundamento da não punição do crime impossível	271
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo.....	271
5.4	Análise dos elementos do crime impossível.....	272
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível.....	273
Ponto relevante para debate		
•	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível.....	273
Síntese		274
Esquemas		
↳	Tentativa e consumação	275
↳	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	276
↳	Quadro comparativo	277

Capítulo XIX

ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Conceitos de erro e ignorância.....	279
2. Conceito de erro de tipo	279
3. Possibilidade de punição por crime culposos.....	280
4. Erro escusável e erro inescusável	280
5. Erro essencial e erro acidental.....	280
6. Erro quanto à pessoa	280
7. Erro determinado por terceiro.....	281
8. Conceito de erro de proibição	281
9. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	281
10. Erro de proibição escusável e inescusável	282
11. Diferença entre crime putativo e erro de proibição	283
12. Conceito de descriminantes putativas	283
13. Divisão das descriminantes putativas	283
14. Natureza jurídica das descriminantes putativas	284
Síntese	285
Esquemas	
↳ Erro de tipo.....	286
↳ Erro de tipo x delito consumado sem erro (Art. 20).....	287
↳ Erro de proibição	288
↳ Erro de proibição x delito consumado sem erro (Art. 21)	289

Capítulo XX

CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas	291
2. Teorias do concurso de pessoas	291
3. Distinção entre autoria e participação	292
3.1 Autoria imediata e autoria mediata.....	292
3.2 Executor de reserva	294
4. Critérios quanto à punição do partícipe	294
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	295
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	295
6.1 Punição do coautor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade”	295
6.2 Participação de menor importância	296
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta).....	296
7. Requisitos do concurso de agentes	297
8. Alguns aspectos da autoria mediata	297
9. Autoria colateral.....	297
Ponto relevante para debate	
• A coautoria e a participação em crime culposos.....	298
10. Conivência	299

11. Coautoria e participação em crimes omissivos próprios e impróprios	299
Ponto relevante para debate	
• A participação posterior à consumação do crime	300
12. Participação e cumplicidade.....	301
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias	301
Ponto relevante para debate	
• A comunicação aos coautores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo	302
13.1 Exceção quanto à elementar do crime	302
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio	303
14. Casos de impunibilidade	304
Síntese	305

Capítulo XXI

TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena	307
2. Teorias extremadas da punição	308
3. Garantismo penal.....	310
Pontos relevantes para debate	
• Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal	311
• A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo	312
• Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa.....	313
4. Cominação das penas	315
5. Princípios da pena	315
6. Espécies de penas	316
Síntese	316

Capítulo XXII

PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	317
2. Regime progressivo de cumprimento da pena	318
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	322
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura	322
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso	322
6. Imprescindibilidade do regime fechado	323
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena	324
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime	324
9. Regime fechado	325

Pontos relevantes para debate

• A aplicação do regime fechado à pena de detenção	325
• A viabilidade da progressão por salto	326
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo	328
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado	329
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado	329
Ponto relevante para debate	
• A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	331
9.4 Trabalho externo do condenado.....	332
10. Regime semiaberto	332
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	332
10.2 Situação do índio	333
11. Regime aberto.....	333
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	333
11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto	334
12. Direitos do preso.....	334
12.1 Direito à visita íntima.....	334
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio	335
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso.....	335
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena.....	335
13. Trabalho do preso	336
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório	336
13.2 Trabalho do preso e remição.....	337
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	337
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	338
13.2.3 Remição pelo estudo.....	338
Ponto relevante para debate	
• A remição pelo estudo e o aproveitamento escolar	338
14. Superveniência de doença mental	339
15. Detração	340
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	340
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração	340
15.3 Detração e pena de multa.....	341
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena	341
15.5 Detração e suspensão condicional da pena.....	341
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas.....	342
Síntese	342

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos	343
2. Natureza jurídica	343

3. Espécies de penas restritivas de direitos	344
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos	345
Pontos relevantes para debate	
• A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados	346
• As penas alternativas no cenário da violência doméstica	347
5. Momentos para a conversão	349
6. Exigências para a conversão	349
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	350
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	351
8.1 Prestação pecuniária	351
Ponto relevante para debate	
• A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas	353
8.2 Perda de bens ou valores	354
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	355
8.4 Interdição temporária de direitos	355
8.5 Limitação de fim de semana	356
Síntese	356

Capítulo XXIV

PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa	359
2. Critérios para a fixação da pena de multa	360
Ponto relevante para debate	
• O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa	361
3. O valor do dia-multa em salário mínimo	362
4. Atualização monetária da multa	362
5. Pagamento da multa	363
6. Multa como dívida de valor	363
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	364
Síntese	364

Capítulo XXV

APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito	365
Ponto relevante para debate	
• As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário	365
2. Circunstâncias judiciais	366
3. Pena-base	367
3.1 Critérios para a fixação da pena-base	367
4. Elementos do art. 59 do Código Penal	367
4.1 Culpabilidade	367

Ponto relevante para debate	
• Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor	368
Esquema	
↳ Culpabilidade como elemento do crime e fundamento da pena, além de constituir parâmetro para o limite da pena.....	371
4.2 Antecedentes	373
Ponto relevante para debate	
• O significado e a extensão da expressão maus antecedentes	373
Ponto relevante para debate	
• A caducidade dos maus antecedentes	374
4.3 Conduta social	375
4.4 Personalidade	375
Ponto relevante para debate	
• A avaliação da personalidade do acusado pelo julgador	376
4.5 Motivos do crime.....	377
4.6 Circunstâncias do crime	378
4.7 Consequências do crime.....	378
Esquemas	
↳ Motivos do crime: podem ser conscientes ou inconscientes	379
↳ Motivo ≠ elemento subjuntivo do crime (dolo/culpa).....	379
4.8 Comportamento da vítima.....	380
Esquema	
↳ Comportamento da vítima	381
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena	382
6. Substituição da pena privativa de liberdade	382
7. Agravantes e atenuantes	383
7.1 Agravantes	383
7.1.1 Motivo fútil	383
7.1.2 Motivo torpe	384
7.1.3 Motivação torpe específica	385
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido	385
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum	386
7.1.6 Relações familiares	386
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher	386
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever	387
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	389
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade	390
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública	391
7.1.12 Embriaguez preordenada	391
7.1.13 Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	391
7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa	391

7.1.13.2	Coação ou indução ao crime	392
7.1.13.3	Instigação ou determinação para o delito	392
7.1.13.4	Criminoso mercenário	392
7.1.14	Reincidência.....	392
7.1.14.1	Conceito	392
Ponto relevante para debate		
•	A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>)	392
7.1.14.2	Espécies de reincidência	393
Ponto relevante para debate		
•	A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.....	394
7.1.14.3	Efeitos da reincidência	394
7.1.14.4	Caducidade da condenação anterior	395
7.1.14.5	Crimes militares próprios e impróprios	395
7.1.14.6	Crime político.....	396
7.2	Atenuantes	396
7.2.1	Menoridade relativa	397
7.2.2	Senilidade	398
7.2.3	Desconhecimento da lei	398
7.2.4	Relevante valor social ou moral	399
7.2.5	Arrependimento	399
7.2.6	Coação resistível.....	400
7.2.7	Cumprimento de ordem superior.....	400
7.2.8	Violenta emoção	400
7.2.9	Confissão espontânea	400
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto	401
7.2.11	Atenuante inominada	402
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes	402
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	403
Esquema		
↳	Confronto entre agravantes e atenuantes (art. 67, CP)	404
8.	Cálculo da pena.....	405
8.1	Sistemas para a fixação da pena	405
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras	407
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais	407
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição	408
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições	408
Síntese		409
Esquemas		
↳	Fixação da pena.....	410
↳	Circunstâncias do crime	411

Capítulo XXVI
CONCURSO DE CRIMES

1. Conceito e critério de análise	413
2. Sistemas do concurso de crimes	413
2.1 Sistema da acumulação material	413
2.2 Sistema da exasperação da pena	414
2.3 Sistema da absorção	414
2.4 Sistema da acumulação jurídica	414
3. Concurso material	414
3.1 Conceito	414
3.2 Critérios para a aplicação da pena	415
3.3 Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	415
4. Concurso formal.....	416
4.1 Conceito.....	416
4.2 Concurso formal perfeito e imperfeito	416
Ponto relevante para debate	
• A amplitude conceitual da expressão desígnios autônomos	416
4.3 Concurso material favorável ou benéfico	417
4.4 Concorrência de concursos	418
5. Crime continuado.....	418
5.1 Conceito.....	418
5.2 Natureza jurídica	419
5.3 Teorias do crime continuado	419
5.4 Crimes da mesma espécie	420
5.5 Condições de tempo.....	421
5.6 Condições de espaço	421
5.7 Formas de execução	422
5.8 Outras circunstâncias semelhantes	422
Ponto relevante para debate	
• O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional.....	422
5.9 Critério de dosagem do aumento	423
5.10 Crime continuado e inimputabilidade	423
5.11 Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos	424
5.12 Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	424
5.13 Espécies de crime continuado.....	424
5.14 Diferença entre crime continuado e delito habitual	425
Ponto relevante para debate	
• A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes	425
6. Concurso de infrações e execução da pena.....	425
Síntese	426

Esquemas

↳ Concurso material	427
↳ Concurso formal próprio.....	428
↳ Concurso formal impróprio	428
↳ Crime continuado.....	429
↳ Crime continuado qualificado	430

Capítulo XXVII

ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	431
2. Modalidades de erro na execução.....	431
3. Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	432
4. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	433
Síntese	434

Capítulo XXVIII

LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1. Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento	435
2. Unificação das penas em 40 anos	438
3. Modo de unificação	439
Síntese	440

Capítulo XXIX

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos	441
2. Natureza jurídica.....	441
3. Requisitos para a sua concessão.....	442
4. Espécies de <i>sursis</i>	442
Ponto relevante para debate	
• A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu.....	443
5. Pontos controversos.....	443
5.1 <i>Sursis</i> e indulto	443
5.2 Existência de processos em andamento	444
5.3 Réu ausente.....	444
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil	444
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário	445
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	446
Ponto relevante para debate	
• A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo	446
6. Período de prova e escolha das condições	447
7. Causas de revogação	448
7.1 Revogação obrigatória.....	448

7.2 Revogação facultativa.....	449
8. Prorrogação do período de prova.....	449
9. Finalização do <i>sursis</i>	450
Síntese.....	450

Capítulo XXX LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos.....	453
2. Natureza jurídica.....	454
3. Requisitos para a sua concessão.....	454
3.1 Objetivos.....	454
3.2 Subjetivos.....	455
4. Duração do livramento.....	456
5. Pontos polêmicos.....	456
5.1 Livramento condicional e habeas corpus.....	456
5.2 Livramento condicional cautelar.....	456
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	457
6. Parecer do Conselho Penitenciário.....	457
7. Soma das penas para efeito de livramento.....	457
8. Condições do livramento condicional.....	458
8.1 Obrigatórias.....	458
8.2 Facultativas.....	458
9. Revogação do livramento.....	458
9.1 Causas obrigatórias.....	458
9.2 Causas facultativas.....	458
9.3 Prévia oportunidade de defesa.....	459
9.4 Livramento insubsistente.....	459
10. Efeitos da revogação.....	459
11. Extinção da pena e prorrogação automática.....	459
Síntese.....	460

Capítulo XXXI EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação.....	461
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória.....	462
3. Efeitos genéricos.....	462
3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano.....	462
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita.....	463
4. Efeitos específicos.....	465
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	465
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela.....	466
4.3 Inabilitação para dirigir veículo advinda do art. 92, III, do CP.....	467
4.4 Efeito da condenação advindo de lei especial.....	468

5. Enriquecimento ilícito	468
Síntese	470

Capítulo XXXII REABILITAÇÃO

1. Conceito	471
2. Competência para a concessão de reabilitação	472
3. Prazo e procedimento.....	473
4. Indeferimento da reabilitação e recursos	473
5. Reabilitação e reincidência	474
6. Reabilitação em porções.....	474
Síntese	474

Capítulo XXXIII MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito	475
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança.....	475
3. Espécies de medidas de segurança.....	476
4. Extinção de punibilidade	476
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança	477
6. Sentença de absolvição imprópria	477
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial	478
8. Duração da medida de segurança.....	478
9. Culpabilidade e periculosidade	479
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução	479
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena	480
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena	481
12. Detração e medida de segurança	481
13. Exame de cessação da periculosidade	482
14. Condições para a desinternação ou liberação	482
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	483
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum	484
Ponto relevante para debate	
• Concorrência da medida de segurança com a Lei 10.216/2001	484
Síntese	485

Capítulo XXXIV AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal	487
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada	488
3. Critério de iniciativa da ação penal	488

4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo.....	488
5. Ação penal no crime complexo	490
Síntese	490

Capítulo XXXV

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade	491
2. Causas gerais e específicas	492
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	493
4. Momentos de ocorrência	493
5. Morte do agente	493
Ponto relevante para debate	
• As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente.....	495
6. Anistia	495
7. Graça ou indulto individual	496
8. Indulto coletivo	497
Pontos relevantes para debate	
• Indulto da pena de multa e limite mínimo para a inscrição de débito na dívida ativa.....	498
• Indulto humanitário	499
9. <i>Abolitio criminis</i>	499
10. Decadência.....	499
11. Perempção.....	500
12. Renúncia e perdão	501
13. Retratação	501
14. Perdão judicial.....	502
Ponto relevante para debate	
• A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial.....	502
15. Prescrição.....	503
15.1 Conceito e teorias justificadoras.....	503
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição	504
Ponto relevante para debate	
• A prescrição da medida de segurança.....	505
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública	506
Ponto relevante para debate	
• A influência da detração no cálculo prescricional	507
15.4 Modalidades de prescrição.....	507
15.5 Termos iniciais da prescrição.....	509
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	511
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP	513

15.7 Causas interruptivas da prescrição.....	514
Ponto relevante para debate	
• A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado	515
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas	516
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	516
17. Prescrição em leis especiais	518
18. Prescrição e perdão judicial.....	518
Síntese	518
Esquemas	
↳ Formas de clemência do estado	520
↳ Tabela de prazos prescricionais.....	521
↳ Lapsos prescricionais e causas interruptivas da prescrição.....	522
↳ Lapsos prescricionais da prescrição retroativa, levando-se em conta a pena em concreto (Art. 110, § 1.º).....	523
↳ Lapsos prescricionais da prescrição intercorrente, levando-se em conta a pena em concreto (Art. 110, § 1.º).....	523
↳ Lapsos da suspensão da prescrição (Art. 116).....	524

PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

Título I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – Art. 121	531
Ponto relevante para debate	
• Como analisar a condição de sexo feminino no feminicídio	535
Pontos relevantes para debate	
• A existência de homicídio simples hediondo.....	540
• A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de extermínio	541
• A existência de homicídio qualificado-privilegiado	541
• A não aceitação do homicídio qualificado-privilegiado como hediondo	542
• A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio	542
• O homicídio sem motivo	543
• A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	543
• A polêmica questão da eutanásia e seus desdobramentos.....	544

• O veto presidencial à inserção da qualificadora do inciso VIII do § 2.º	545
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação – Art. 122	546
Pontos relevantes para debate	
• O auxílio por omissão	549
• A solução da situação denominada pacto de morte.....	550
Infanticídio – Art. 123	550
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio	552
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – Art. 124	552
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – Art. 125	554
Aborto provocado por terceiro com consentimento – Art. 126	555
Formas qualificadas de aborto – Art. 127	557
Excludentes de ilicitude – Art. 128	558
Pontos relevantes para debate	
• A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida	559
• A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	560
• A autorização do aborto eugênico.....	561

Capítulo II

DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – Art. 129	563
Ponto relevante para debate	
• A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal	572

Capítulo III

DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – Art. 130.....	573
Perigo de contágio de moléstia grave – Art. 131	575
Ponto relevante para debate	
• Transmissão do vírus da AIDS.....	576
Perigo para a vida ou saúde de outrem – Art. 132.....	577
Abandono de incapaz – Art. 133.....	578
Exposição ou abandono de recém-nascido – Art. 134.....	579
Omissão de socorro – Art. 135.....	581
Ponto relevante para debate	
• As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio	583
Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial – Art. 135-A.....	583
Maus-tratos – Art. 136.....	585

Ponto relevante para debate	
• A palmada configura maus-tratos?	586

Capítulo IV
DA RIXA

Rixa – Art. 137	589
-----------------------	-----

Capítulo V
DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – Art. 138	591
Difamação – Art. 139	593
Injúria – Art. 140	595
Disposições comuns – Arts. 141 a 145	598

Capítulo VI
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Constrangimento ilegal – Art. 146	605
Ameaça – Art. 147	607
Perseguição – Art. 147-A	609
Violência psicológica contra a mulher – Art. 147-B	614
Sequestro e cárcere privado – Art. 148	616
Redução a condição análoga à de escravo – Art. 149	618
Tráfico de pessoas – Art. 149-A	620
Violação de domicílio – Art. 150	623
Violação de correspondência – Art. 151	626
Ponto relevante para debate	
• A violação da correspondência entre cônjuges	628
Violação de correspondência comercial – Art. 152	629
Divulgação de segredo – Art. 153	630
Violação do segredo profissional – Art. 154	631
Violação de dispositivo informático – Arts. 154-A e 154-B	632

Título II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I
DO FURTO

Furto – Art. 155	639
Pontos relevantes para debate	
• A questão da casa habitada no furto noturno	651
• O furto de coisas de estimação	651
• O furto de cadáver	651
• O furto de coisas de ínfimo valor	652

• O furto de imagem.....	652
• O furto de talão de cheques e de cartão de crédito.....	653
• O furto de uso como crime.....	653
• A trombada como furto ou roubo.....	653
• A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º).....	654
• Furto sob vigilância eletrônica.....	654
Furto de coisa comum – Art. 156.....	655

Capítulo II

DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – Art. 157.....	657
Pontos relevantes para debate	
• O roubo de uso.....	665
• A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade.....	665
• A existência da tentativa no roubo impróprio.....	665
• O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento no mesmo parágrafo com acréscimo variável (ex.: § 2.º do art. 157: aumento de 1/3 até metade).....	666
Extorsão – Art. 158.....	667
Ponto relevante para debate	
• A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago.....	671
Extorsão mediante sequestro – Art. 159.....	672
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica.....	675
Extorsão indireta – Art. 160.....	676

Capítulo III

DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – Art. 161, <i>caput</i>	679
Usurpação de águas – Art. 161, § 1.º, I.....	680
Esbulho possessório – Art. 161, § 1.º, II.....	681
Supressão ou alteração de marca em animais – Art. 162.....	683

Capítulo IV

DO DANO

Dano – Art. 163.....	685
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164.....	687
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165.....	688
Alteração de local especialmente protegido – Art. 166.....	689
Ação penal – Art. 167.....	690

Capítulo V
DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – Art. 168.....	691
Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A.....	693
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – Art. 169	694
Causa de diminuição de pena – Art. 170	696

Capítulo VI
DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – Art. 171	697
Pontos relevantes para debate	
• A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.).....	700
• O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral ...	701
• O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade	701
• O estelionato como delito permanente quando cometido contra entidade de direito público ou instituto de economia popular, assistência social ou beneficência	701
• A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal.....	701
• A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia	702
• O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo	702
• O cheque sem fundos emitido para pagar serviço de prostituição	702
• O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime	702
Duplicata simulada – Art. 172.....	703
Abuso de incapazes – Art. 173.....	704
Induzimento à especulação – Art. 174	705
Fraude no comércio – Art. 175.....	706
Outras fraudes – Art. 176.....	707
Ponto relevante para debate	
• A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176	709
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – Art. 177	710
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – Art. 178	712
Fraude à execução – Art. 179.....	713

Capítulo VII
DA RECEPÇÃO

Recepção – Art. 180.....	715
Recepção de animal – Art. 180-A	719

Capítulo VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – Arts. 181 a 183.....	721
---	-----

Pontos relevantes para debate

- O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição 723
- A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável 723

Título III

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – Art. 184.....	727
Ponto relevante para debate	
• Uma peculiar forma de corrupção.....	730
Usurpação de nome ou de pseudônimo alheio – Art. 185.....	731
Ação penal – Art. 186	731

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção – Art. 187.....	733
Falsa atribuição de privilégio – Art. 188	733
Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado – Art. 189.....	733
Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho – Art. 190	734
Ação penal – Art. 191	734

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Violação do direito de marca – Art. 192	735
Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos – Art. 193.....	735
Marca com falsa indicação de procedência – Art. 194.....	735
Ação penal – Art. 195	736

Capítulo IV

DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Concorrência desleal – Art. 196.....	737
--------------------------------------	-----

Título IV

DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – Art. 197	739
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – Art. 198 ...	741
Atentado contra a liberdade de associação – Art. 199.....	742
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – Art. 200.....	743
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – Art. 201	744
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – Art. 202	745
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – Art. 203	746

Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – Art. 204	748
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – Art. 205.....	749
Aliciamento para o fim de emigração – Art. 206.....	750
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – Art. 207..	751

Título V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – Art. 208	755
---	-----

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – Art. 209	757
Violação de sepultura – Art. 210	758
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – Art. 211	759
Vilipêndio a cadáver – Art. 212.....	761

Título VI

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – Art. 213	765
Pontos relevantes para debate	
• A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa	768
• A análise do grau de resistência da vítima.....	769
• O estupro como crime único de condutas alternativas.....	769
• A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único	772
• A necessidade de criação de um tipo penal intermediário foi atendida.....	772
• O estupro cometido por vingança ou como instrumento de humilhação	772
Esquema	
↳ Esquema comparativo	774
Atentado violento ao pudor – Art. 214.....	775
Violação sexual mediante fraude – Art. 215.....	775
Importunação sexual – Art. 215-A	777
Atentado ao pudor mediante fraude – Art. 216	778
Assédio sexual – Art. 216-A.....	779
Pontos relevantes para debate	
• A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a).....	781

• A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel	781
• A paixão do agente pela vítima	782
Registro não autorizado da intimidade sexual – Art. 216-B	782

Capítulo II

DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Sedução – Art. 217	785
Estupro de vulnerável – Art. 217-A	785
Ponto relevante para debate	
• Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa	789
Corrupção de menores – Art. 218.....	790
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – Art. 218-A.....	791
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável – Art. 218-B.....	793
Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia – Art. 218-C.....	796

Capítulo III

DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude – Art. 219.....	799
Rapto consensual – Art. 220	799
Diminuição de pena – Art. 221	800
Concurso de rapto e outro crime – Art. 222.....	800

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Formas qualificadas – Art. 223.....	801
Presunção de violência – Art. 224.....	801
Ação penal – Art. 225	801
Aumento de pena – Art. 226.....	802

Capítulo V

DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir a lascívia de outrem – Art. 227	805
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da indução à lascívia.....	807
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228.....	807
Ponto relevante para debate	
• <i>Sites</i> de prostituição	810
Casa de prostituição – Art. 229	811
Pontos relevantes para debate	
• A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade	814

• A inviabilidade da prisão em flagrante	814
Rufianismo – Art. 230.....	816
Ponto relevante para debate	
• A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo.....	818
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231	818
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231-A.....	818
Promoção de migração ilegal – Art. 232-A	819

Capítulo VI

DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – Art. 233	823
Ponto relevante para debate	
• A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica	824
Escrito ou objeto obsceno – Art. 234.....	825
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal	826

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – Art. 234-A	829
Ponto relevante para debate	
• Mulher estupra homem e engravida: aplicabilidade da causa de aumento.....	830
Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 234-B e Art. 234-C	831

Título VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – Art. 235.....	835
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236.....	837
Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237.....	838
Simulação de autoridade para celebração de casamento – Art. 238.....	839
Simulação de casamento – Art. 239	840
Adulterio – Art. 240	841

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – Art. 241	843
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – Art. 242	844
Sonegação de estado de filiação – Art. 243	846

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – Art. 244.....	847
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – Art. 245.....	849
Abandono intelectual – Art. 246.....	850
Abandono moral – Art. 247.....	851

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – Art. 248.....	853
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de ser efetivada a fuga.....	854
Subtração de incapazes – Art. 249.....	855

Título VIII

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – Art. 250.....	859
Explosão – Art. 251.....	862
Uso de gás tóxico ou asfixiante – Art. 252.....	863
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – Art. 253.....	864
Inundação – Art. 254.....	865
Perigo de inundação – Art. 255.....	866
Desabamento ou desmoronamento – Art. 256.....	867
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – Art. 257.....	869
Formas qualificadas de crime de perigo comum – Art. 258.....	870
Difusão de doença ou praga – Art. 259.....	870

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – Art. 260.....	873
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – Art. 261.....	875
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – Art. 262.....	876
Forma qualificada – Art. 263.....	878
Arremesso de projétil – Art. 264.....	878
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265.....	879
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública – Art. 266.....	881

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – Art. 267	883
Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268	884
Omissão de notificação de doença – Art. 269	886
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270..	887
Corrupção ou poluição de água potável – Art. 271	889
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – Art. 272	890
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Art. 273	891
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da pena cominada ao art. 273 do Código Penal	893
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – Art. 274.....	895
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – Art. 275.....	896
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – Art. 276.....	897
Substância destinada à falsificação – Art. 277.....	898
Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278	899
Substância avariada – Art. 279	901
Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280	901
Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes – Art. 281	902
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – Art. 282	902
Charlatanismo – Art. 283	903
Curandeirismo – Art. 284	905
Forma qualificada – Art. 285	906

Título IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – Art. 286.....	907
Apologia de crime ou criminoso – Art. 287	909
Ponto relevante para debate	
• Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações.....	910
Associação criminosa – Art. 288.....	910
Pontos relevantes para debate	
• A tipificação do delito de associação criminosa na hipótese de crime continuado....	914
• A possibilidade de concurso de pessoas	914
• O concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância	914
Constituição de milícia privada – Art. 288-A	915

Título X
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I
DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – Art. 289.....	919
Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290.....	921
Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291.....	923
Emissão de título ao portador sem permissão legal – Art. 292.....	924

Capítulo II
DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – Art. 293	927
Petrechos de falsificação – Art. 294	930
Causa de aumento de pena – Art. 295.....	931

Capítulo III
DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – Art. 296.....	933
Falsificação de documento público – Art. 297.....	936
Falsificação de documento particular – Art. 298.....	939
Falsidade ideológica – Art. 299	941
Pontos relevantes para debate	
• As diferenças entre falsidade material e ideológica.....	944
• A possibilidade de haver falsidade em folha de papel em branco	944
Falso reconhecimento de firma ou letra – Art. 300.....	945
Certidão ou atestado ideologicamente falso – Art. 301	947
Ponto relevante para debate	
• A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente.....	949
Falsidade de atestado médico – Art. 302.....	949
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – Art. 303.....	950
Uso de documento falso – Art. 304.....	952
Pontos relevantes para debate	
• A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento	954
• O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento	954
Supressão de documento – Art. 305	955

Capítulo IV
DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – Art. 306.....	957
---	-----

Falsa identidade – Art. 307	959
Ponto relevante para debate	
• O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva	961
Falsa identidade – Art. 308	961
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309	963
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 310	964
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311	966

Capítulo V

DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público – Art. 311-A	969
Ponto relevante para debate	
• Cola eletrônica e tipificação penal	971

Título XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – Art. 312	975
Ponto relevante para debate	
• O peculato de uso e o crime previsto no art. 312	978
Peculato mediante erro de outrem – Art. 313	979
Inserção de dados falsos em sistema de informações – Art. 313-A	980
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B	982
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314	983
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – Art. 315	985
Concussão – Art. 316	986
Ponto relevante para debate	
• O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão	988
Corrupção passiva – Art. 317	988
Pontos relevantes para debate	
• A ausência de menção à expressão ato de ofício	991
• A cifra negra da corrupção	991
Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318	992
Prevaricação – Art. 319	993
Prevaricação em presídio – Art. 319-A	994
Condescendência criminoso – Art. 320	996
Advocacia administrativa – Art. 321	998
Violência arbitrária – Art. 322	999
Abandono de função – Art. 323	1000

Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324.....	1002
Violação de sigilo funcional – Art. 325	1004
Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326.....	1005
Funcionário público – Art. 327	1005
Pontos relevantes para debate	
• O conceito de entidade paraestatal.....	1007
• A possibilidade de o conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime.....	1007

Capítulo II

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – Art. 328.....	1009
Resistência – Art. 329	1010
Ponto relevante para debate	
• O concurso entre os crimes de resistência e roubo	1012
Desobediência – Art. 330.....	1013
Ponto relevante para debate	
• O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário.....	1016
Desacato – Art. 331.....	1017
Tráfico de influência – Art. 332.....	1019
Corrupção ativa – Art. 333.....	1020
Ponto relevante para debate	
• A questão referente à conduta dar	1022
Descaminho – Art. 334.....	1022
Contrabando – Art. 334-A.....	1026
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335.....	1030
Inutilização de edital ou de sinal – Art. 336	1030
Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337.....	1031
Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-A	1032

Capítulo II-A

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – Art. 337-B.....	1035
Tráfico de influência em transação comercial internacional – Art. 337-C.....	1036
Funcionário público estrangeiro – Art. 337-D.....	1038

Capítulo II-B

DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratação direta ilegal – Art. 337-E.....	1041
Frustração do caráter competitivo de licitação – Art. 337-F	1043

Patrocínio de contratação indevida – Art. 337-G.....	1044
Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo – Art. 337-H.....	1046
Perturbação de processo licitatório – Art. 337-I.....	1047
Violação de sigilo em licitação – Art. 337-J.....	1048
Afastamento de licitante – Art. 337-K.....	1050
Fraude em licitação ou contrato – Art. 337-L.....	1051
Contratação inidônea – Art. 337-M.....	1054
Impedimento indevido – Art. 337-N.....	1056
Omissão grave de dado ou de informação por projetista – Art. 337-O.....	1057
Aplicação da pena de multa – Art. 337-P.....	1059

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – Art. 338.....	1061
Denúnciação caluniosa – Art. 339.....	1062
Ponto relevante para debate	
• A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúnciação caluniosa.....	1065
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – Art. 340.....	1066
Autoacusação falsa – Art. 341.....	1067
Ponto relevante para debate	
• A questão de o réu ter o amplo direito de mentir para se defender.....	1068
Falso testemunho ou falsa perícia – Art. 342.....	1069
Pontos relevantes para debate	
• A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade.....	1071
• O concurso de pessoas no crime de falso.....	1073
Suborno – Art. 343.....	1074
Coação no curso do processo – Art. 344.....	1075
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345.....	1077
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 346.....	1078
Fraude processual – Art. 347.....	1079
Favorecimento pessoal – Art. 348.....	1081
Favorecimento real – Art. 349.....	1083
Favorecimento real em presídio – Art. 349-A.....	1084
Exercício arbitrário ou abuso de poder – Art. 350.....	1086
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351.....	1086
Evasão mediante violência contra pessoa – Art. 352.....	1087
Arrebatamento de preso – Art. 353.....	1088
Motim de presos – Art. 354.....	1089
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – Art. 355.....	1091
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – Art. 356.....	1092
Exploração de prestígio – Art. 357.....	1093

Violência ou fraude em arrematação judicial – Art. 358	1094
Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – Art. 359.....	1096

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – Art. 359-A	1099
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B	1101
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C	1102
Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D	1104
Prestação de garantia graciosa – Art. 359-E	1105
Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F.....	1107
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-G.....	1108
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – Art. 359-H.....	1110

Título XII

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL

Atentado à soberania – Art. 359-I.....	1115
Atentado à integridade nacional – Art. 359-J.....	1117
Espionagem – Art. 359-K.....	1118

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Abolição violenta do Estado Democrático de Direito – Art. 359-L	1123
Golpe de Estado – Art. 359-M.....	1125

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL

Interrupção do processo eleitoral – Art. 359-N	1127
Art. 359-O. (Vetado).....	1128
Violência política – Art. 359-P	1128
Art. 359-Q. (Vetado).....	1130

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Sabotagem – Art. 359-R	1131
------------------------------	------

Capítulo V
(VETADO)Capítulo VI
DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 359-T.....	1133
Art. 359-U. (Vetado)	1134
BIBLIOGRAFIA	1141
OBRAS DO AUTOR.....	1177